



Trabalhadores da Ebserh iniciam greve por tempo indeterminado

Os trabalhadores da Ebserh deram início hoje, 13, ao indicativo de greve por tempo indeterminado, que a categoria decidiu em assembleias setoriais.

No Maranhão, houve uma movimentação no Hospital Universitário da UFMA (HUUFMA), que marcou o início do movimento paredista.

“A categoria sempre buscou um entendimento com a Direção da Ebserh, que diferentemente do que a empresa sustenta, sempre se manteve irreduzível nas negociações, propondo sempre perdas reais para os trabalhadores”, afirmou Marcos Trovão, diretor de Comunicação do Sindsep/MA e membro da mesa de negociação do ACT 2020/2021 da Ebserh.

Ontem, 12, houve mais uma eta-

pa frustrada de mediação do ACT 2020/2021 dos empregados da Ebserh no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em reunião virtual realizada ontem, a empresa informou que enviou três propostas a Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais). Em todas há alteração do indexador de cálculo de insalubridade dos trabalhadores. Esse ponto é considerado cláusula pétrea e a mudança pode impor reduções salariais de até 27%.

A Condsef/Fenadsef e demais entidades que compõem a Mesa informaram ao TST não ter autorização dos trabalhadores para negociar proposta que mexa nesse item.

A Ebserh protocolou dissídio de greve. Nenhuma proposta de reajuste

salarial também foi apresentada. Os trabalhadores devem seguir atentos. “A greve está mantida. Sigam o percentual mínimo informado por seu sindicato”, pontua o secretário-geral da Confederação.

“A greve está mantida e o Sindsep/MA dará a sustentação necessária para a manutenção do movimento. Os trabalhadores precisam ter seus direitos assegurados, não podemos aceitar qualquer tipo de manobra que tenha como finalidade prejudicar o trabalhador”, declarou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Ainda hoje irão acontecer mais duas movimentações no HUUFMA, uma marcada para as 13h e a outra para as 19h.

A Reforma Administrativa faz mal ao Brasil



CANCELA A REFORMA

JÁ!

Câmara aprova projeto de lei que dispensa licenciamento ambiental



A Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta quinta-feira (13), por 300 votos a 122, o texto-base do projeto de lei do licenciamento ambiental (PL 3729/04), que estabelece regras desse procedimento a serem seguidas por todos os órgãos licenciadores, como prazos de vigência, tipos de licenças e empreendimentos dispensados de obtê-la. A análise dos destaques apresentados pelos partidos ficou para esta quinta-feira, em sessão marcada para as 10 horas.

De acordo com o substitutivo do deputado Neri Geller (PP-MT), não precisarão de licença ambiental obras de saneamento básico, de manutenção em estradas e portos, de distribuição de energia elétrica com baixa tensão, obras que sejam consideradas de porte

insignificante pela autoridade licenciadora ou que não estejam listadas entre aquelas para as quais será exigido licenciamento.

O texto cria ainda a licença única para simplificar o procedimento e permite a junção de licenças prévias com a de instalação, por exemplo.

“O estado que tiver legislação mais rígida não vai mudá-la. É uma questão de bom senso. O projeto dá segurança jurídica para evitar questionamentos pela falta de uma norma geral”, afirmou Geller.

Para o relator, a dispensa de licença de empreendimentos de utilidade pública ou interesse social evita “uma cega burocracia, seja por ausência de impacto, seja por regulamentação específica em outras legislações”.

Em entrevista à Rádio Brasil Atual, o diretor de Justiça Socioambiental do WWF Brasil Raul do Valle comentou que tais medidas irão criar insegurança ambiental para o dia a dia das pessoas, uma vez que obras e procedimentos que têm impactos ambientais, sejam eles pequenos ou grandes, não serão mais licenciados.

“Isso pode significar uma imensa insegurança jurídica para quem quer investir no país, na medida que passaremos a ter 27 legislações diferentes porque cada estado da federação vai poder exigir as próprias regras que bem entender, sem nenhuma base mínima nacional”, afirmou.

Com informações da Agência Câmara

